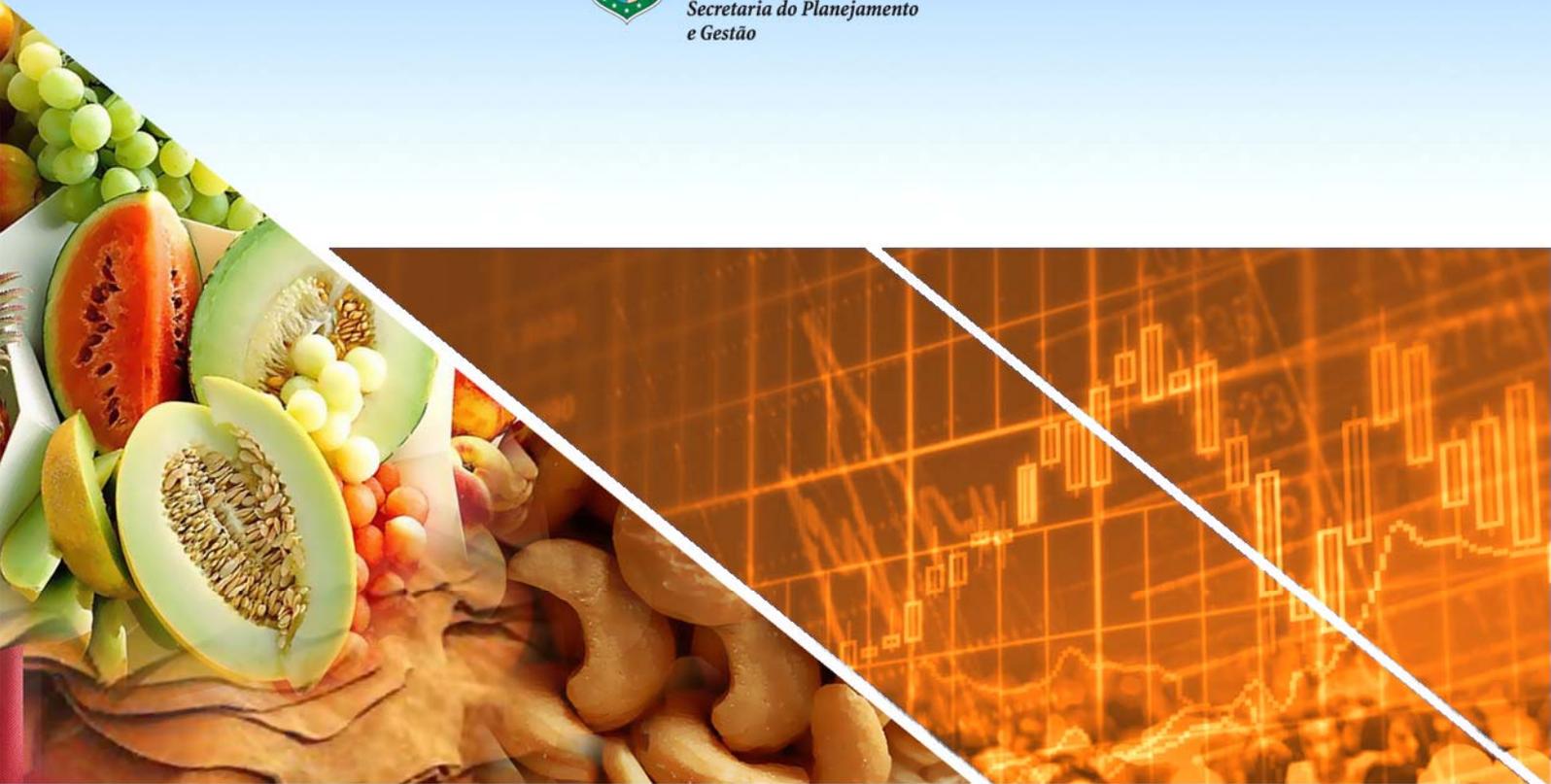




GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão



PRODUTO INTERNO BRUTO



PIB do Ceará na Ótica da Produção - 2010-2013

Agosto de 2016

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana - Governador

Maria Izolda Cela - Vice Governadora

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Hugo Santana de Figueiredo Junior - Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

PRODUTO INTERNO BRUTO - Nº 1 – Junho de 2016

Elaboração

Ana Cristina Lima Maia Souza

Alexandre Lira Cavalcante

Daniel Suliano

Nicolino Trompieri Neto

Witalo de Lima Paiva

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores

Ética e transparência;

Autonomia técnica;

Rigor científico;

Competência e comprometimento profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o PRODUTO INTERNO BRUTO

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Este Informe busca analisar os principais resultados das Contas Regionais cearense para o período de 2010 a 2013, fazendo uma comparação, quando possível, com outros Estados, com o país e com a região Nordeste. Destacam-se os aspectos teóricos referentes aos conceitos relacionados com o PIB e as principais alterações metodológicas da mudança da base de 2002 para 2010 segundo o IBGE.

Dentre os principais resultados apresentados constatou-se que ocorreram significativas mudanças na estrutura das economias nacional e cearense entre os anos de 2010 e 2013. Tanto no estado quanto no país foi notório o avanço da produção destinada ao consumo intermediário, cuja participação no VBP passou a superar os 50% no caso nacional. Na economia cearense, a relação CI/VBP ainda ficou pouco acima de 40%.

Diante das mudanças na metodologia de cálculo do PIB que passaram a tomar como base de referência o ano de 2010, é possível também perceber que a produção cearense passou a concentrar-se ainda mais no setor de Serviços com participação de 74,4% do PIB estadual, participação esta superior a registrada pelo país que foi de 69,8% no último ano da série. Por fim, vale ressaltar que a indústria cearense perdeu participação também no cenário nacional.

1. INTRODUÇÃO

Em 2015, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou as Contas Regionais mudando a base de referência do ano de 2002 para o ano de 2010, contemplando o período de 2010 a 2013. Os resultados divulgados são comparáveis entre si e integralmente compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais - referência 2010, estando, portanto, em conformidade com o novo manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008.

A última revisão foi efetuado em 2007, atualizando a base que tinha como referência o último ano de realização dos Censos Econômicos, isto é, 1985. A revisão de 2007 passou a referência do Sistema de Contas Regionais para o ano de 2002, já incorporando as recomendações das Nações Unidas, expressas no manual *System of national accounts 1993 - SNA 93*. (IBGE, 2015a)

A atualização de uma série de Contas Regionais, usualmente referida como mudança de referência, é, normalmente, compreendida como a atualização dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados e de seus componentes a preços constantes de um determinado ano. Quando se realiza a chamada “mudança de referência” incorpora-se, também, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados, e resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para os próximos anos. (IBGE, 2015a)

O procedimento de atualização do ano base do sistema de contas, de 2002 para 2010, promoveu avanços importantes na forma de calcular o desempenho das economias estaduais. Incluindo e melhorando as bases de dados utilizadas, adotando as últimas recomendações internacionais e aperfeiçoando os sistemas computacionais, o novo sistema de contas traz resultados melhores do ponto de vista metodológico, aproximando-o ainda mais da realidade que pretendem medir. A partir de agora tem-se um novo e mais consistente conjunto de resultados para o PIB e outras variáveis macroeconômicas.

O presente estudo busca analisar os principais resultados das Contas Regionais cearense para o período de 2010 a 2013, fazendo uma comparação, quando possível, com outros Estados, com o país e com a região Nordeste. Além dessa introdução, a seção 2 apresenta os aspectos teóricos referentes aos principais conceitos relacionados com o PIB. Na seção 3 é apresentada a metodologia, referente às principais alterações da mudança de base de 2002 para 2010 segundo o IBGE. Na seção 4 são apresentados os principais agregados do PIB (Valor Bruto da Produção (VBP), Consumo Intermediário (CI) e Valor Adicionado Bruto (VAB)), os resultados do PIB e PIB *per capita* para o Brasil e os entes da federação e o PIB por atividade econômica. Por fim na seção 5 apresentam-se as considerações finais.

2. ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 – O que é Produto Interno Bruto (PIB)?

O conceito de Produto Interno Bruto (PIB) é a principal medida por meio da qual os economistas comparam a atividade econômica tanto em relação ao tempo quanto entre

países. A ideia principal da métrica, sintetizada em um único número, é medir a atividade econômica em um determinado período de tempo em termos de moeda corrente.

As economias modernas com grande capacidade de produção de bens e serviços tende a satisfazer as demandas dos seus agentes econômicos. De fato, o PIB mede em uma de suas vertentes mede a renda das famílias, numerário no qual as pessoas realmente se importam.

Nesse contexto, cumpre destacar que as consideráveis variações nas taxas de crescimento econômico acaba originando os ciclos de negócios bem como a volatilidade das economias. Com efeito, se as taxas de crescimento fossem constantes, então o nível do PIB cresceria suavemente.

2.2 – A Atividade Econômica Real

Toda economia tem uma capacidade máxima de crescimento em função dos seus principais fatores de produção medidos pela expansão da força de trabalho, estoque de capital, avanços tecnológicos e aumento de produtividade. A esse limite produtivo associado a sua fronteira de produção define-se o conceito de produto potencial.

Dessa forma, quando a demanda por bens e serviços tende a exceder o produto potencial vários constrangimentos podem vir a ocorrer na medida em que a maior demanda da força de trabalho tende a pressionar os salários vindo a pressionar a estrutura de custos da economia. Ademais, a demanda por bens e serviços, tanto de consumo como de investimento, pressiona os preços para cima.

Nesse contexto, a comparação entre o produto potencial e o produto efetivo dimensiona a pressão que o crescimento efetivo exerce sobre o nível de preços da economia.

Dessa forma, um aspecto a ser considerado na medida das atividades produtivas são os efeitos do aumento de preços. No caso do PIB nominal, considera-se no seu cômputo os preços correntes de forma que seu aumento ao longo do tempo pode ocorrer em razão de a maioria dos bens aumentarem e/ou porque os preços se elevaram.

Por outro lado, o PIB real varia de ano para ano unicamente se as quantidades produzidas variarem, uma vez que os preços são mantidos constantes a partir de um ano considerado como base, gerando, assim, uma melhor mensuração de satisfação econômica.

A partir do conceito de deflator do PIB (número índice) pode-se fornecer a taxa a qual o nível geral de preços aumenta ao longo do tempo de forma que o PIB nominal é igual ao deflator do PIB multiplicado pelo PIB real. Dito de outra forma, a razão entre o PIB nominal e o PIB real é chamada de deflator porque podemos dividir o PIB nominal por essa razão para corrigir o efeito da inflação sobre o PIB (deflacionar o PIB):

$$\text{Deflator} = \frac{\text{PIB nominal}}{\text{PIB real}}$$

Deve-se destacar que o deflator do PIB é um índice de preços implícito no sentido de que primeiro é construído uma medida de quantidade, o PIB real, comparando-se posteriormente ao movimento do PIB a preços correntes e a preços constantes de forma a calibrar as variações nos preços. Neste caso, diferente dos demais números índices, não se mede explicitamente o movimento médio dos preços.

2.3 – Diferentes Óticas de Cálculo do Produto Interno Bruto (PIB)

O valor adicionado bruto ou produto bruto de uma economia a preços de mercado pode ser mensurado por três óticas, a saber: produto, renda e despesa. As três medidas são referentes à atividade total da economia, diferindo no que tange ao processo econômico que enfocam.

Assim, em uma perspectiva de fluxo circular da produção o valor de mercado de bens e serviços produzidos num determinado período é por definição igual ao montante que os compradores devem gastar para adquiri-los. Nesse contexto, aquilo que o vendedor recebe deve ser igual ao que os compradores gastam ou destinam para a despesa total devendo também ser igual à renda total gerada.

Na Ótica do Produto, a produção de um país ou de determinada área geográfica (Estado, Província ou Município) é dada pela soma da produção das unidades produtoras de bens e serviços individuais pelos três grandes setores (Agropecuária, Indústria, Serviços).

A métrica nessa ótica aqui utilizada para avaliar o esforço produtivo é o valor adicionado ou valor agregado computado pela soma do que cada firma agrega de valor no seu processo de produção totalizando o agregado do PIB. Dessa maneira, tem-se uma medida do PIB de produção líquida, tal que da produção total são excluídos os bens e serviços utilizados como insumos para a produção de outros produtos.

Por sua vez, o PIB pela Ótica da Renda é somado pela remuneração de todos os fatores de produção de todas as unidades produtivas da economia. Finalmente, pela Ótica da Despesa toda a produção de bens e serviços ou é destinada para absorção interna (consumo, investimento ou gastos do governo) ou para o setor externo (exportações líquidas).

De modo específico, o gasto corrente em termos de consumo ou gasto em formação de capital pode ser obtido pela soma do total dos gastos dos agentes econômicos com o consumo de bens e serviços e do investimento para a ampliação de capacidade produtiva ou manutenção do equipamento.

2.4 – O Sistema de Contas Nacionais (SCN)

Um dos objetivos das contas nacionais é oferecer referências das classificações de atividades bem como classificar unidades estatísticas e suas transações.

No Brasil, desde 1985 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o responsável pela construção e divulgação das contas nacionais.

A montagem do Sistema de Contas Nacionais (SCN) tem como referência o *System of National Accounts 1993 (SNA 1993)* divulgados conjuntamente pelas Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Comissão de Estatística das Comunidades Europeias (Eurostat).

O Sistema de Contas Nacionais (SCN) das nações unidas foi desenvolvido e aperfeiçoado a partir de 1947 pelos economistas Simon Kuznets (1971), Wassily Leontief (1973) e Richard Stone (1984), agraciados com prêmio Nobel por suas contribuições. O SCN é o sistema padrão de referência na construção da contabilidade nacional dos países.

O *SCN* encontra-se, atualmente, em sua terceira versão a partir da divulgação do *System of National Accounts 2008 (SNA 2008)* atualizado em 2008.

De acordo com o IBGE (2015) a dinâmica da economia exige que se mantenha uma permanente discussão entre os compiladores de contas nacionais em conjunto com organismos internacionais procurando atualizar ou expandir metodologias que melhor reflitam as modificações na economia.

O *SCN* está centrado nas Contas Econômicas Integradas (*CEI*) e nas Tabelas de Recursos e Usos (*TRU*). As *CEI* são formadas para um conjunto de contas de operações e contas de ativos e passivos dos setores institucionais e resto do mundo. As *TRU*, por sua vez, compreendem os agregados macroeconômicos que são apresentados por setores de atividade econômica.

No caso das *CEI* sua constituição se dá pelas contas de fluxo que descrevem diferentes tipos de atividades econômicas em um determinado período de tempo, sendo ainda inter-relacionadas com as contas de patrimônio.

Na *CEI* a terminologia utiliza o termo *uso* (lado esquerdo) referente as operações que reduzem o montante do valor econômico do setor e o termo *recursos* (lado direito) para operações que aumentam o valor econômico do setor tendo os saldos obtidos pelas suas diferenças articulando a sequência de contas. Os saldos são os próprios Agregados Econômicos, como o PIB, por exemplo. Os subconjuntos de contas formadoras das *CEI* são as contas-correntes, contas acumulação e contas de patrimônio.

2.4 – As Contas Regionais

O Sistema de Contas Regionais é integrado ao *SCN* sendo um trabalho desenvolvido pelo IBGE e Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus.

As informações regionalizadas procurar entender a dinâmica dos desequilíbrios regionais característicos da economia brasileira. Ademais, a metodologia do Sistema de Contas Regionais é compatível com os conceitos do *SCN* sendo, ainda, comparável entre os Estados.

A sistemática do *SNA* recomenda a atualização do *SCN* o que, por sua vez, requer a atualização das Contas Regionais. Particularmente, a recomendação é que a atualização do ano-base no que tange a base de ponderação ocorra a cada dez anos do *SCN* e das unidades federativas.

A Série das Contas Regionais do Brasil com referência ao ano de 2010 representa a continuidade do projeto de implantação do *SCN* com referência ao ano de 2010 levando em conta a atualização de classificações e conceitos, incorporação de novas fontes de dados e a definição de novas estruturas de referência. Por outro lado, a nova série de referência manteve como marco referencial as pesquisas econômicas estruturais anuais: Pesquisa Industrial Anual (Empresa, PIA Empresa), Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), Pesquisa Anual do Comércio (PAC) e a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), todas do IBGE.

A série de Contas Regionais pela Ótica da Produção é dada pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário resultando no valor adicionado bruto das atividades econômicas em cada Unidade Federativa (UF). Assim, o PIB de cada UF é

resultado do valor adicionado de todas as atividades em cada UF somado ao total da arrecadação de impostos líquidos de subsídios sobre produtos.

Na Série das Contas Regionais do Brasil com referência 2010 além da Ótica da Produção foi incluído o cálculo da Ótica da Renda, que corresponde à soma de todos os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços mais os impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e importação. O PIB pela Ótica da Renda é um encaminhamento para a construção de um Sistema de Contas Regionais completo.

No SCN os fluxos de produção, geração de renda e despesa para um dado período de tempo permite o cálculo do valor adicionado bruto (produto bruto) a preços de mercado diferindo apenas quanto ao aspecto do processo econômico no qual é gerado.

Assim, na Série de Contas Regionais com referência 2010 o Valor Adicionado Bruto (VAB), dado pela diferença entre a produção e o consumo intermediário por atividade, é identicamente igual à soma dos rendimentos gerados tal que:

$$\text{VAB} = \text{Remuneração dos Empregados} + \text{Outros Impostos sobre a Produção} + \text{Rendimento Misto (RM)} + \text{Excedente Operacional Bruto (EOB)}.$$

A remuneração dos empregados corresponde ao total das remunerações, em dinheiro ou em bens e serviços, pagos por uma empresa a um empregado em troca do trabalho realizado por este durante um período contábil. Os outros impostos sobre a produção correspondem aos impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações. O RM corresponde à remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos) que não pode ser identificada separadamente se proveniente de capital ou do trabalho. Finalmente, o EOB é dado pelo saldo resultante do valor adicionado deduzido das remunerações pagas aos empregados, do RM e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

O SCN já teve como ano-base os Censos Econômicos de 1985. Atualmente, a mudança de base da série de Contas Regionais é feita mediante atualização dos pesos das atividades econômicas do PIB dos Estados por meio de nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados e resultados de pesquisas realizadas.

3. METODOLOGIA: PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA MUDANÇA DE BASE DE 2002 PARA 2010

A divulgação da série das Contas Regionais do Brasil – referência 2010 dá continuidade ao projeto de implantação do Sistema de Contas Nacionais – referência 2010. A nova série permitiu a atualização de classificações e conceitos, incorporação de novas fontes de dados e a definição de novas estruturas de referência.

A implantação da série referência 2010, em substituição à série referência 2002, foi facilitada pela manutenção dos marcos de referência dos valores correntes, as pesquisas econômicas estruturais anuais do IBGE (Pesquisa Industrial Anual – Empresa, PIA Empresa, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC, a Pesquisa Anual de Comércio – PAC e a Pesquisa Anual de Serviços – PAS). Entretanto, em relação à série anterior, destacaram-se as seguintes mudanças:

- i) Adoção de nova classificação de atividades integradas com a Classificação de Atividades Econômicas - CNAE 2.0;
- ii) Introdução dos resultados do Censo Agropecuário de 2006, da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008/2009 e da Pesquisa de Inovação (PINTEC) de 2011;
- iii) Utilização dos dados da declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIPF);
- iv) Utilização dos dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE;
- v) Aperfeiçoamentos metodológicos: revisão do método de estimação do aluguel imputado, e reclassificação da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS);
- vi) Adoção das recomendações e modificações do manual internacional de Contas Nacionais das Nações Unidas, *System of National Accounts SNA 2008*, em substituição à versão anterior de 1993;
- vii) Implantação do Sistema Integrado de Contas Regionais – SICOR que permite administrar a base dados do sistema com maior segurança.

Para a série referência 2010, a classificação de atividades econômicas passou a incorporar a versão 2.0 da CNAE, que apresenta correspondência com a versão 4 da *Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIUU/ISIC* das Nações Unidas. A versão 2.0 da CNAE ampliou as categorias das atividades de serviço, criou categorias específicas para as atividades de meio ambiente e, além disso, passou a considerar a atividade de edição, integrada ou não à impressão, como uma atividade dos serviços e não mais como atividade industrial.

A adoção dos resultados do Censo Agropecuário 2006, em substituição ao Censo Agropecuário 1995-1996, permitiu a atualização das estruturas da agropecuária do país. Diferentemente do ocorrido na série anterior, a leitura e a extrapolação do Censo Agropecuário 2006 foram realizadas de forma ascendente, por unidade da federação, sendo o resultado Brasil a soma das 26 unidades federativas mais o Distrito federal. Portanto, as séries nacional e regional encontram-se plenamente integradas.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009 foi incorporada na conta regional a fim de regionalizar a parcela de autoconstrução da atividade de Construção estimada pela conta nacional. Na série anterior, na conta regional, a atividade de construção somente considerava as informações da PAIC e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD.

Na série referência 2002, as informações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica foram introduzidas de forma a complementar o âmbito do sistema de contas. Na série referência 2010, houve também a incorporação das informações do Imposto de Renda Pessoa Física, especificamente para a atividade de cartório que se encontra incluída nos “Serviços jurídicos, de contabilidade e auditoria” compondo a atividade “Atividades profissionais, científicas e técnicas”.

Outro fator importante foi a introdução da base de dados da Secretaria de Gestão Pública, do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, para a regionalização da despesa de pessoal civil ativo de órgãos do Poder Executivo da esfera

federal, juntamente com a base do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, utilizada para a regionalização das despesas da esfera federal em geral. Na série 2002 somente a base do SIAFI era utilizada para regionalização de todos os órgãos da esfera federal.

Dentre as alterações introduzidas pelo manual internacional de contas nacionais - SNA 2008, destaca-se a ampliação da fronteira da formação bruta de capital fixo - FBCF, que passou a considerar como produção todo o gasto com Pesquisa e Desenvolvimento - P&D tendo como destino a FBCF. Em função desta mudança, a partir das estimativas das Contas Nacionais, possibilitou-se estimar a participação da atividade P&D no total do Valor Adicionado - VA, separando-a em P&D público e privado para o Brasil. No caso das Contas Regionais, a princípio, só será estimado o P&D privado, o P&D público será divulgado juntamente com a atividade de Administração, Educação, Saúde e P&D Públicos, Defesa e Seguridade Social, em função da dificuldade da desagregação do P&D Público do total da atividade. A regionalização da estimativa do P&D privada da conta nacional utilizou informação da PINTEC de 2011.

Outra alteração introduzida no Sistema de Contas Nacionais – referência 2010 foi o tratamento das sedes das empresas. Na série anterior as unidades unicamente a serviço da própria empresa não eram contabilizadas como unidade produtiva. Seus gastos eram rateados pelas unidades produtivas da empresa. O novo manual internacional, SNA 2008, recomenda que, quando possível, e no caso de impacto relevante, que essa unidade seja identificada e a ela seja imputada produção de serviços administrativos cujo destino é o consumo intermediário das demais unidades da empresa. Nesta série, referência 2010, este tratamento foi somente realizado para as empresas investigadas pela PIA, uma vez que somente esta pesquisa levanta informações das unidades produtivas das empresas pertencentes ao seu âmbito. As sedes de empresas industriais foram classificadas na atividade (das contas nacionais) “6980 - Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas”. O resultado deste tratamento foi a redução do valor adicionado bruto da indústria e o aumento correspondente nos serviços.

Para a série referência 2010, a estimativa do aluguel de imóveis imputado, baseada em métodos estatísticos, passou a utilizar o método de calibração e não mais o método de imputação. O processo de imputação parte de regressões que usam, como variáveis explicativas, características do imóvel, de seu setor censitário e da pessoa de referência constante da PNAD. O novo método usa calibração, ou seja, ajusta os pesos amostrais da pesquisa a partir de informações sobre o universo pesquisado¹.

Outra introdução metodológica da nova série, e que tem impacto nas contas regionais, diz respeito à reclassificação da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), que passou a ser considerado como imposto sobre produto e não mais um imposto sobre a produção². O resultado desta reclassificação foi a redução do valor adicionado bruto e correspondente aumento do valor dos impostos líquido de subsídios sobre produto, entretanto não há impacto no total do Produto Interno Bruto.

Até a série referência 2002, as Contas Regionais incluíam tão somente o cálculo do PIB pela ótica da produção. Nessa ótica, são computadas as produções de cada atividade

¹ Para maiores detalhes ver nota metodológica nº 06 – Estimativa do aluguel de imóveis. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/06_aluguel.pdf>

² Para maiores detalhes ver nota metodológica nº 12 – Governo e Administração Pública. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/12_governo.pdf>

econômica e o consumo intermediário destas, por unidade da federação. A diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário resulta no valor adicionado bruto das atividades econômicas em cada unidade da federação. O valor adicionado de todas as atividades em cada unidade da federação é somado ao total da arrecadação de impostos líquido de subsídios sobre produtos, resultando no PIB de cada UF.

4. PRODUTO INTERNO BRUTO NA ÓTICA DA PRODUÇÃO

De acordo com dados do IBGE, o Brasil registrou um valor bruto da produção (VBP), a preços correntes, de R\$ 6,59 trilhões, em 2010, como resultado da soma do valor produzido final de todas as atividades econômicas desenvolvidas no país. Já em 2013, este valor aumentou para R\$ 9,09 trilhões. Isso representou uma variação absoluta de R\$ 2,49 trilhões entre os dois anos. Todavia, sabe-se que a produção de uma atividade que não se destina ao consumo final das famílias ou a exportações, pode servir de insumo para a produção de outras atividades dentro do território nacional ou regional e isso também tem que ser contabilizado como consumo intermediário nas atividades que utilizam o produto como insumo. (Tabela 1).

Em 2010, o valor do consumo intermediário (CI), também a preços correntes foi de R\$ 3,29 trilhões, passando para R\$ 4,55 trilhões em 2013, isto representou um incremento de R\$ 1,25 trilhão. Agora ao se dispor das informações sobre o valor bruto da produção e do consumo intermediário de cada atividade é possível calcular, primeiro, o valor adicionado bruto de cada atividade e depois somá-lo para obter o valor adicionado bruto de uma dada região, podendo ser de um Estado ou País. (Tabela 1).

Assim, como resultado da diferença entre o VBP e o CI de todas as dezoito atividades econômicas, sendo três na Agricultura e Pecuária (*Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita; Pecuária, inclusive apoio à pecuária; e Produção florestal, pesca e aquicultura*); quatro na Indústria (*Indústrias extrativas; Indústrias de transformação; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação e Construção*) e onze nos Serviços (*Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social; Saúde e Educação Mercantil; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e Serviços domésticos*), o Brasil gerou um valor adicionado bruto (VAB) de R\$ 3,30 trilhões, em 2010, passando para mais de R\$ 4,53 trilhões, em 2013, resultando numa variação absoluta de R\$ 1,23 trilhão, entre os dois anos.

Tabela 1 - Valor Bruto da Produção (VBP), Consumo Intermediário (CI) e Valor Adicionado Bruto (VAB), a preços correntes - Brasil - 2010 a 2013 (R\$ milhões)

| Anos | VBP | CI | VAB | CI/VBP (%) | VAB/VBP (%) | VAB/CI (%) |
|------|-----------|-----------|-----------|------------|-------------|------------|
| 2010 | 6.599.149 | 3.296.309 | 3.302.840 | 49,95 | 50,05 | 100,20 |
| 2011 | 7.435.283 | 3.717.546 | 3.717.737 | 50,00 | 50,00 | 100,01 |
| 2012 | 8.214.846 | 4.129.434 | 4.085.412 | 50,27 | 49,73 | 98,93 |
| 2013 | 9.090.434 | 4.551.838 | 4.538.596 | 50,07 | 49,93 | 99,71 |

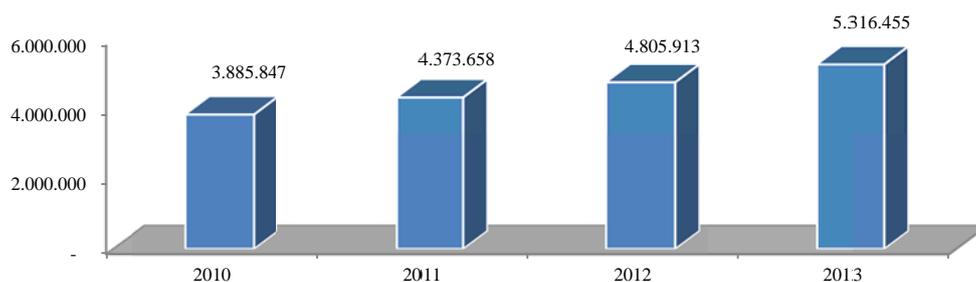
Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

O país, assim, registrou um desempenho positivo no ritmo de geração de novas riquezas nos últimos quatro anos. No entanto, é possível notar que a participação do VAB no VBP caiu de 50,05%, em 2010, para 49,93%, em 2013, revelando que maior fatia da produção está sendo cada vez mais utilizada mais como consumo intermediário do que como agregação de nova riqueza no país. (Tabela 1).

Depois de calculado o VAB de cada atividade agregando-se por cada Estado ou região é possível somar-se a ele o valor arrecadado de todos os impostos, líquidos de subsídios, sobre todos os produtos gerados e encontrar com isso a principal medida de desempenho econômico desta região conhecida como Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2010, o valor corrente arrecadado de impostos sobre todos os produtos no Brasil foi de R\$ 583,0 bilhões, passando para R\$ 777,8 bilhões em 2013. Somando-se ao VAB agregado das atividades o valor dos impostos, líquidos de subsídios, sobre todos os produtos obtém-se o valor do PIB a preços correntes que no ano de 2010 totalizou o valor de R\$ 3,88 trilhões, aumentando para R\$ 5,31 trilhões em 2013, ou seja, um crescimento nominal acumulado de R\$ 1,43 trilhão entre os dois anos. (Gráfico 1).

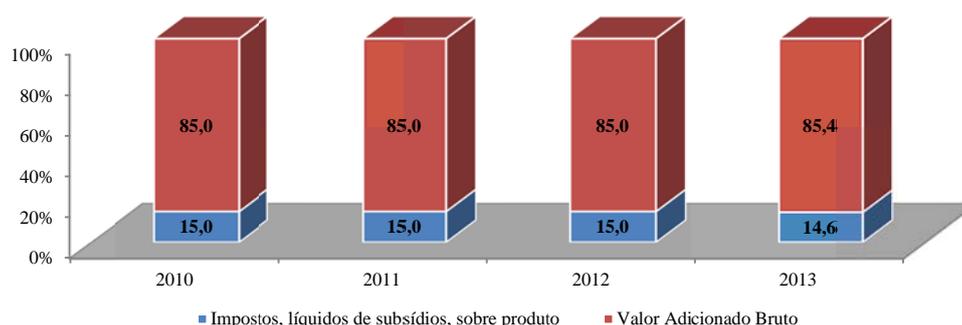
Gráfico 1 – Produto Interno Bruto a preços correntes - Brasil - 2010 a 2013 (R\$ milhões)



Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

A participação do VAB no PIB do Brasil aumentou de 85,0%, em 2010, para 85,4% em 2013, enquanto que a parcela dos impostos, líquidos de subsídios, sobre todos os produtos caiu de 15,0% para 14,6% na mesma comparação. Isso reflete um momento bastante positivo da economia nacional quando a parcela da riqueza destinada à sociedade aumenta numa velocidade maior que a tributação no cálculo do valor do Produto Interno Bruto. Vale ressaltar que os valores dos impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos e do PIB são úteis no cálculo do índice de carga tributária bruta (total da arrecadação fiscal do governo, que corresponde à soma dos impostos diretos e indiretos e outras receitas correntes) e cálculo do índice de carga tributária líquida (dado pela diferença entre a carga tributária bruta e as transferências e subsídios ao setor privado). (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto a preços correntes - Brasil - 2010 a 2013 (%)



Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

O estado do Ceará apresentou um valor bruto da produção (VBP) corrente em todas as atividades de R\$ 164,6 bilhões em 2013, valor nominal superior ao registrado em 2010, que foi de R\$ 117,4 bilhões, diferença acumulada de R\$ 47,2 bilhões. Enquanto isso, o consumo intermediário (CI) na produção cearense passou de R\$ 48,2 bilhões, em 2010, para R\$ 70,0 bilhões em 2013, fazendo com que o valor adicionado bruto (VAB) cearense aumentasse de R\$ 69,1 bilhões, em 2010, para R\$ 94,6 bilhões, em 2013, ou seja, um incremento de 25,4 bilhões. Nota-se que a participação do VAB no VBP cearense, em 2013, (57,46%), é superior ao registrado pelo país (49,93%). Contudo, similarmente ao país, o Ceará também registrou perda de participação do VAB nos últimos quatro anos, uma vez que a participação passou de 58,89%, em 2010, para 57,46%, em 2013 (Tabela 2).

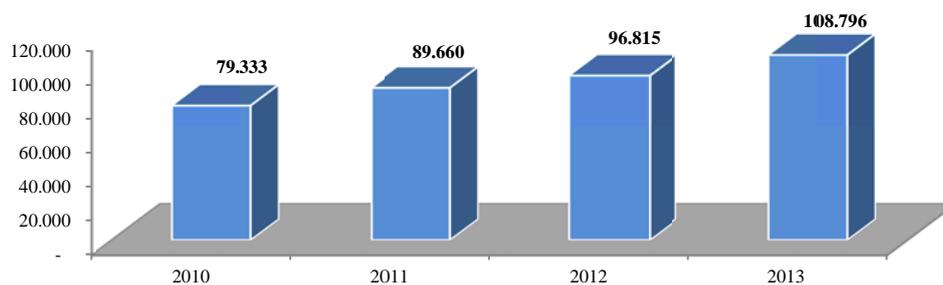
Tabela 2 - Valor Bruto da Produção (VBP), Consumo Intermediário (CI) e Valor Adicionado Bruto (VAB), a preços correntes - Ceará - 2010 a 2013 (R\$ milhões)

| Anos | VBP | CI | VAB | CI/VBP (%) | VAB/VBP (%) | VAB/CI (%) |
|------|---------|--------|--------|------------|-------------|------------|
| 2010 | 117.456 | 48.282 | 69.174 | 41,11 | 58,89 | 143,27 |
| 2011 | 133.065 | 54.754 | 78.311 | 41,15 | 58,85 | 143,02 |
| 2012 | 145.350 | 61.433 | 83.917 | 42,27 | 57,73 | 136,60 |
| 2013 | 164.685 | 70.049 | 94.636 | 42,54 | 57,46 | 135,10 |

Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2010, o valor total arrecadado de impostos, líquidos de subsídios, sobre todos os produtos cearenses foi de R\$ 10,84 bilhões. Já em 2013, esse valor aumentou para R\$ 15,11 bilhões, resultando num incremento nominal de R\$ 4,27 bilhões. Somando-se o VAB agregado das atividades ao valor dos impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos cearenses obtém-se o PIB a preços correntes que no ano de 2010 totalizou um valor de R\$ 79,33 bilhões, aumentando para R\$ 108,79 trilhões, em 2013, ou seja, um incremento acumulado nominal de R\$ 29,46 bilhões entre os dois anos (Gráfico 3).

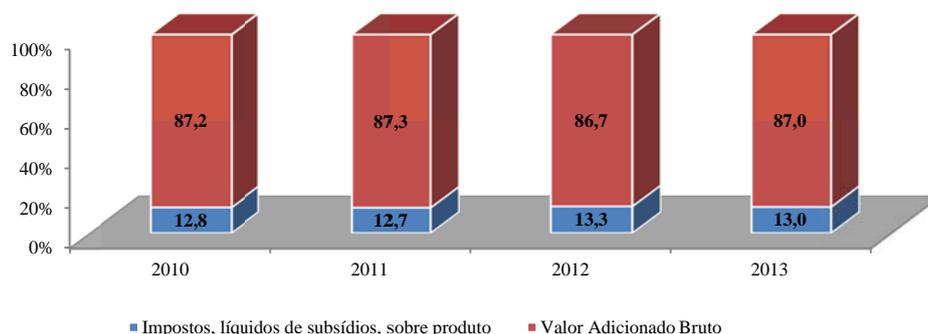
Gráfico 3 – Produto Interno Bruto a preços correntes - Ceará - 2010 a 2013 (R\$ milhões)



Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

Vale ressaltar que a participação do VAB no PIB cearense é superior à registrada pelo país, mas vem registrando queda na comparação dos últimos quatro anos, passando de 87,2%, em 2010, para 87,0% em 2013, ao passo que a parcela dos impostos, líquidos de subsídios, sobre todos os produtos aumentou de 13,7% para 13,9% na mesma comparação, refletindo um aumento da carga tributária no período em pauta. (Gráfico 4).

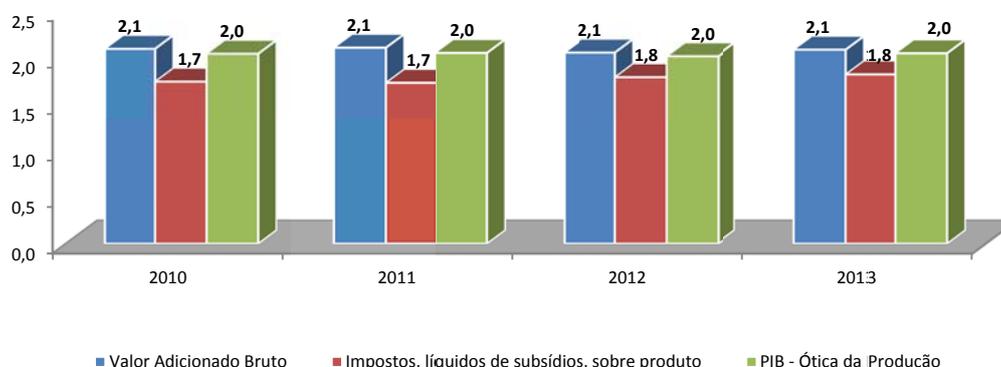
Gráfico 4 – Produto Interno Bruto a preços correntes - Ceará - 2010 a 2013 (%)



Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

Pela análise do gráfico 5, percebe-se que a participação do valor adicionado bruto cearense no nacional se manteve constante ao longo dos quatro anos, em torno de 2,1%. Já a participação do valor total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produto registrou uma leve alta de 1,7% para 1,8% a partir de 2012. Por fim, a participação do Produto Interno Bruto cearense no país também manteve-se estável em torno de 2,0%.

Gráfico 5 – Participação do Valor Adicionado Bruto, Imposto, líquidos de Subsídios, sobre Produto e PIB na ótica da produção, todos a preços correntes - CE/BR - 2010 a 2013 (%)



Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

4.1. Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita* no Contexto Nacional

Verifica-se nas tabelas 3 e 4 abaixo, respectivamente, a evolução do valor do Produto Interno Bruto a preços correntes e a evolução do PIB em termos de participação para o Brasil, grandes regiões nacionais e para todos os Estados. De acordo com a tabela 4, a região Sudeste concentra a maior parte da geração de riqueza no país com participação, em 2013, de 55,3%. Na sequência aparecem as regiões Sul (16,5%), Nordeste (13,6%), Centro-Oeste (9,1%) e Norte (5,5%). Em termos de variação na participação, comparando o ano de 2013 com 2010, os maiores ganhos foram registrados nas regiões Sul, com aumento de 0,6 pontos percentuais (p.p.), Norte (0,2 p.p.) e Nordeste (0,1 p.p.). Em direção oposta, para o mesmo período de análise, a região Sudeste apresentou queda de 0,9 p.p., enquanto que a região Centro-Oeste permaneceu estável. O Ceará manteve sua participação constante em 2,0%, sendo a décima terceira posição no país e a terceira dentro da região Nordeste.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto a preços correntes – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010 a 2013 (R\$ milhões)

| Grandes Regiões e Unidades da Federação | Produto Interno Bruto | | | |
|---|-----------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Norte | 207.111 | 241.090 | 258.771 | 292.342 |
| Rondônia | 23.910 | 27.581 | 30.089 | 31.092 |
| Acre | 8.343 | 8.955 | 10.127 | 11.440 |
| Amazonas | 60.882 | 70.735 | 72.214 | 83.293 |
| Roraima | 6.640 | 7.308 | 7.713 | 9.027 |
| Pará | 82.691 | 98.740 | 106.819 | 120.949 |
| Amapá | 8.239 | 9.416 | 11.132 | 12.762 |
| Tocantins | 16.406 | 18.356 | 20.676 | 23.778 |
| Nordeste | 522.765 | 583.414 | 652.259 | 722.809 |
| Maranhão | 46.314 | 52.173 | 60.466 | 67.593 |
| Piauí | 22.271 | 25.949 | 28.627 | 31.240 |
| Ceará | 79.333 | 89.660 | 96.815 | 108.796 |
| Rio Grande do Norte | 36.185 | 41.002 | 46.385 | 51.446 |
| Paraíba | 33.525 | 37.118 | 42.474 | 46.325 |
| Pernambuco | 97.188 | 110.136 | 127.794 | 140.728 |
| Alagoas | 27.135 | 31.664 | 34.631 | 37.223 |
| Sergipe | 26.407 | 29.112 | 32.797 | 35.193 |
| Bahia | 154.409 | 166.601 | 182.271 | 204.265 |
| Sudeste | 2.180.954 | 2.453.155 | 2.686.988 | 2.938.540 |
| Minas Gerais | 351.134 | 400.050 | 441.662 | 486.955 |
| Espírito Santo | 85.312 | 105.963 | 116.728 | 117.043 |
| Rio de Janeiro | 449.859 | 512.389 | 573.850 | 626.320 |
| São Paulo | 1.294.649 | 1.434.754 | 1.554.748 | 1.708.222 |
| Sul | 620.197 | 695.990 | 763.897 | 878.150 |
| Paraná | 225.211 | 256.974 | 285.206 | 332.837 |
| Santa Catarina | 153.730 | 174.047 | 191.636 | 214.217 |
| Rio Grande do Sul | 241.256 | 264.969 | 287.056 | 331.095 |
| Centro-Oeste | 354.820 | 400.009 | 443.998 | 484.615 |
| Mato Grosso do Sul | 47.273 | 55.133 | 61.973 | 69.118 |
| Mato Grosso | 56.606 | 69.161 | 79.599 | 89.124 |
| Goiás | 106.772 | 121.246 | 138.545 | 151.010 |
| Distrito Federal | 144.168 | 154.468 | 163.881 | 175.363 |
| Brasil | 3.885.847 | 4.373.658 | 4.805.913 | 5.316.455 |

Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

Tabela 4 – Participação do Produto Interno Bruto – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010 a 2013 (%)

| Grandes Regiões e Unidades da Federação | Produto Interno Bruto | | | | Variação na Participação (2010-2013) |
|---|-----------------------|--------------|--------------|--------------|--|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | |
| Norte | 5,3 | 5,5 | 5,4 | 5,5 | 0,2 |
| Rondônia | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,0 |
| Acre | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,0 |
| Amazonas | 1,6 | 1,6 | 1,5 | 1,6 | 0,0 |
| Roraima | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,0 |
| Pará | 2,1 | 2,3 | 2,2 | 2,3 | 0,1 |
| Amapá | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,0 |
| Tocantins | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,0 |
| Nordeste | 13,5 | 13,3 | 13,6 | 13,6 | 0,1 |
| Maranhão | 1,2 | 1,2 | 1,3 | 1,3 | 0,1 |
| Piauí | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,0 |
| Ceará | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 0,0 |
| Rio Grande do Norte | 0,9 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 0,0 |
| Paraíba | 0,9 | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,0 |
| Pernambuco | 2,5 | 2,5 | 2,7 | 2,6 | 0,1 |
| Alagoas | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,0 |
| Sergipe | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,0 |
| Bahia | 4,0 | 3,8 | 3,8 | 3,8 | -0,1 |
| Sudeste | 56,1 | 56,1 | 55,9 | 55,3 | -0,9 |
| Minas Gerais | 9,0 | 9,1 | 9,2 | 9,2 | 0,1 |
| Espírito Santo | 2,2 | 2,4 | 2,4 | 2,2 | 0,0 |
| Rio de Janeiro | 11,6 | 11,7 | 11,9 | 11,8 | 0,2 |
| São Paulo | 33,3 | 32,8 | 32,4 | 32,1 | -1,2 |
| Sul | 16,0 | 15,9 | 15,9 | 16,5 | 0,6 |
| Paraná | 5,8 | 5,9 | 5,9 | 6,3 | 0,5 |
| Santa Catarina | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 0,1 |
| Rio Grande do Sul | 6,2 | 6,1 | 6,0 | 6,2 | 0,0 |
| Centro-Oeste | 9,1 | 9,1 | 9,2 | 9,1 | 0,0 |
| Mato Grosso do Sul | 1,2 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 0,1 |
| Mato Grosso | 1,5 | 1,6 | 1,7 | 1,7 | 0,2 |
| Goiás | 2,7 | 2,8 | 2,9 | 2,8 | 0,1 |
| Distrito Federal | 3,7 | 3,5 | 3,4 | 3,3 | -0,4 |
| Brasil | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

A tabela 5 abaixo apresenta o Produto Interno Bruto *per capita* em valor corrente. Verifica-se que, em 2013, quando controlada pelo tamanho populacional, a região Sudeste, além de contribuir com a maior parcela de geração de riqueza do país, possui o maior PIB *per capita*, no valor de R\$ 34.790. Apesar de ser a terceira região com maior participação do PIB, o Centro-Oeste apresenta o segundo maior PIB *per capita* do país, com um valor de R\$ 32.322, seguido das regiões Sul (R\$ 30.496), Norte (R\$ 17.213) e Nordeste (R\$ 12.955).

Tabela 5 – Produto Interno Bruto *per capita* a preços correntes – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010 a 2013 (R\$)

| Grandes Regiões e Unidades da Federação | Produto Interno Bruto | | | |
|---|-----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Norte | 13.042 | 14.979 | 15.858 | 17.213 |
| Rondônia | 15.322 | 17.496 | 18.924 | 17.991 |
| Acre | 11.385 | 11.998 | 13.347 | 14.734 |
| Amazonas | 17.490 | 19.991 | 20.110 | 21.874 |
| Roraima | 14.714 | 15.881 | 16.428 | 18.496 |
| Pará | 10.876 | 12.842 | 13.708 | 15.176 |
| Amapá | 12.321 | 13.759 | 15.935 | 17.364 |
| Tocantins | 11.859 | 13.103 | 14.584 | 16.086 |
| Nordeste | 9.849 | 10.905 | 12.100 | 12.955 |
| Maranhão | 7.050 | 7.851 | 9.006 | 9.948 |
| Piauí | 7.140 | 8.263 | 9.057 | 9.811 |
| Ceará | 9.391 | 10.511 | 11.250 | 12.393 |
| Rio Grande do Norte | 11.421 | 12.819 | 14.369 | 15.248 |
| Paraíba | 8.900 | 9.790 | 11.133 | 11.835 |
| Pernambuco | 11.049 | 12.424 | 14.309 | 15.282 |
| Alagoas | 8.694 | 10.073 | 10.940 | 11.277 |
| Sergipe | 12.769 | 13.930 | 15.537 | 16.028 |
| Bahia | 11.012 | 11.818 | 12.858 | 13.578 |
| Sudeste | 27.142 | 30.295 | 32.943 | 34.790 |
| Minas Gerais | 17.919 | 20.278 | 22.244 | 23.646 |
| Espírito Santo | 24.287 | 29.873 | 32.623 | 30.485 |
| Rio de Janeiro | 28.127 | 31.800 | 35.354 | 38.262 |
| São Paulo | 31.384 | 34.500 | 37.105 | 39.122 |
| Sul | 22.647 | 25.251 | 27.546 | 30.496 |
| Paraná | 21.573 | 24.445 | 26.963 | 30.265 |
| Santa Catarina | 24.598 | 27.552 | 30.021 | 32.290 |
| Rio Grande do Sul | 22.557 | 24.687 | 26.652 | 29.657 |
| Centro-Oeste | 25.253 | 28.082 | 30.782 | 32.322 |
| Mato Grosso do Sul | 19.300 | 22.253 | 24.739 | 26.715 |
| Mato Grosso | 18.657 | 22.485 | 25.551 | 28.008 |
| Goiás | 17.783 | 19.939 | 22.509 | 23.470 |
| Distrito Federal | 56.251 | 59.183 | 61.876 | 62.859 |
| Brasil | 20.372 | 22.735 | 24.780 | 26.446 |

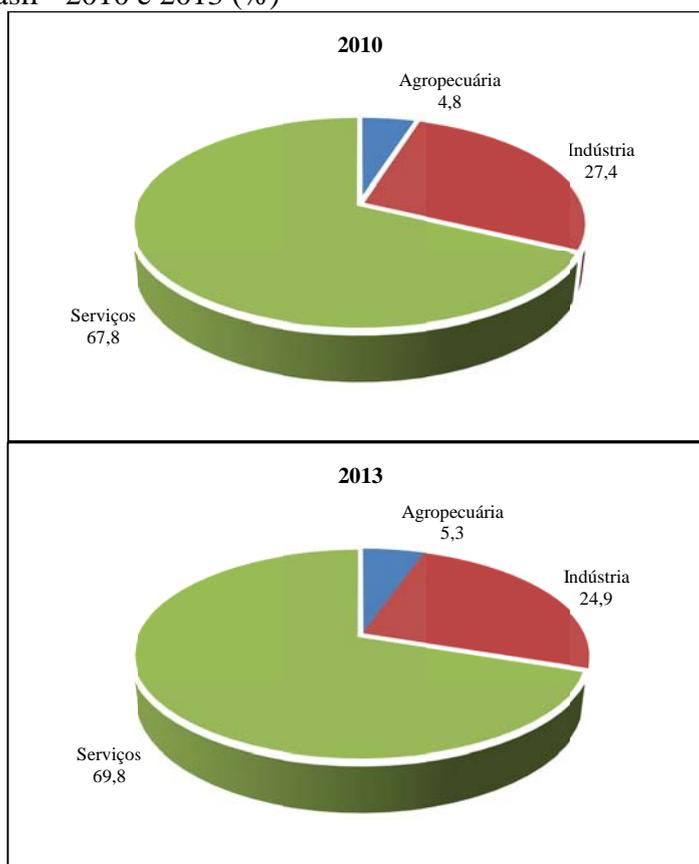
Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

Obs: PIB *per capita* calculado segundo a última estimativa populacional (01/07/2015) fornecida pelo IBGE e utilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para fins dos cálculos das transferências constitucionais FPM e FPE.

4.2. Produto Interno Bruto por Atividade Econômica

Os gráficos 6 e 7 mostram as participações das três grandes atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços correntes no Brasil e no Ceará para os anos de 2010 e 2013, levando em consideração a nova série de referência – 2010. No Brasil a participação da atividade de Serviços aumentou de 67,8%, em 2010, para 69,8% em 2013. Outra atividade que também registrou crescimento foi a Agropecuária passando de 4,8% para 5,3% de participação na mesma comparação. Diferentemente, a atividade da Indústria registrou queda de 2,4 p.p. passando de 27,4% de participação para 24,9%.

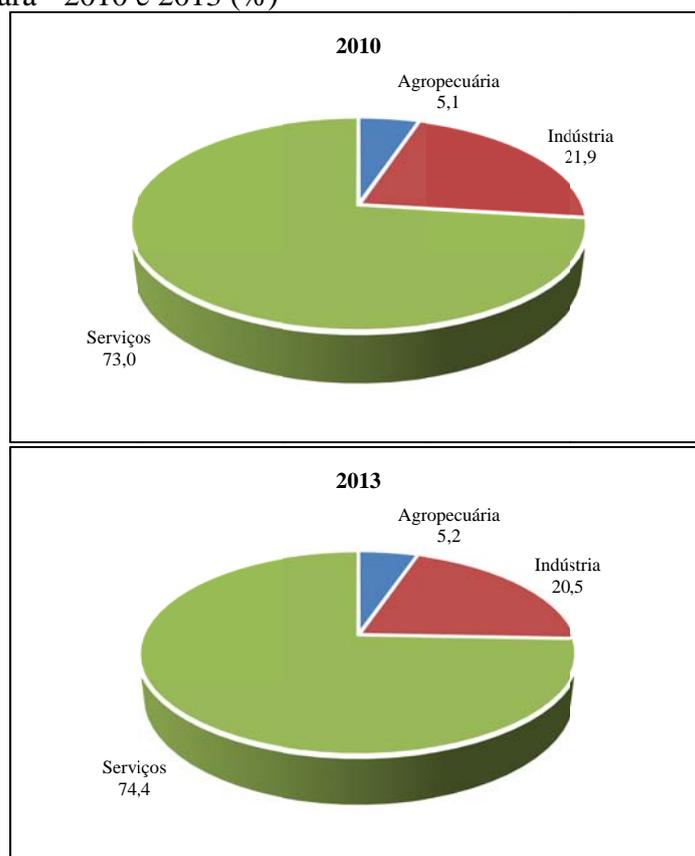
Gráfico 6 – Participação no valor adicionado bruto a preço básico por Atividade Econômica - Brasil - 2010 e 2013 (%)



Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

A atividade de Serviços também apresentou maior participação no VAB cearense. Nota-se que a importância dessa atividade cresceu dentro do Ceará passando de 73,0% para 74,4% entre os anos de 2010 e 2013. Igualmente ao ocorrido com o país, a atividade da Agropecuária cearense também registrou aumento de participação, evoluindo de 5,1% para 5,2%. Já a atividade da Indústria perdeu 1,5 p.p. de participação, finalizando a série com 20,5%, menor que a participação industrial nacional.

Gráfico 7 – Participação no valor adicionado bruto a preço básico por Atividade Econômica - Ceará - 2010 e 2013 (%)



Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

4.2.1. Agropecuária

Embora o setor agropecuário tenha ampliado sua participação na composição da economia brasileira, esta continua sendo pequena, apenas 5,3%. Ainda assim, pode-se afirmar que é um setor importante por atuar, em maior parte, em áreas rurais do país, sendo um forte gerador de emprego e renda.

Ao analisar a atividade agrícola, no âmbito nacional, observa-se que a Região Sul apresenta maior participação, com 31,1%, em 2013. Esse desempenho vem sendo influenciado pelos estados do Paraná e Santa Catarina, que ganharam participação ao longo dos anos de 2010 a 2013. A Região Centro Oeste também segue essa tendência, com ganho de participação, assim como a Região Norte, ambas influenciadas pelo aumento de produção de grãos. Por outro lado, as Regiões Sudeste e Nordeste registraram perda de participação ao decorrer dos anos de 2010 a 2013.

A Região Nordeste respondia por 19,97% da economia agrícola do Brasil, em 2010, caindo para 15,84%, em 2013. Ao longo desses anos, todos os estados da região, a exceção de Piauí, registram perda de participação no setor. Vale ressaltar que grande parte do Nordeste encontra-se na região semiárida, um clima que dificulta a assiduidade das atividades do setor.

Quanto à atividade agrícola, o Ceará, participa com apenas 1,7% da produção agrícola nacional, ocupando o 14^a lugar dentre os estados brasileiros. Porém, a participação do Estado nesse segmento já foi de 2,8%. Na Região Nordeste, a agricultura do Ceará representa 10,96%, conforme dados de 2013, sendo o quarto estado da região no total do valor adicionado dessa atividade.

Quando se compara os anos de 2011 e 2013, nota-se que a agricultura do Ceará perdeu participação, tanto na esfera nacional como regional. Esta queda está relacionada com o baixo desempenho da atividade, pois com a estiagem nos últimos anos registrou-se grandes perdas nas lavouras.

Na atividade pecuária, a Região Sul predomina, com participação de 27,9% da produção nacional, tendo como principais estados Rio Grande do Sul (10,8%) e Paraná (10,5%). A Região Sudeste participa com 22%, influenciada por Minas Gerais, que possui participação de 12,1%, sendo o maior Estado produtor da atividade pecuária do Brasil. Essas duas regiões ampliaram suas participações no total da pecuária brasileira, assim como a Região Norte, que passou de 12,4%, em 2011, para 13,3%, em 2013.

Já a Região do Centro Oeste perdeu participação, passando de 21,7%, em 2011, para 19,2%, em 2013. O Nordeste também seguiu essa trajetória, uma vez que a participação registrada em 2011 (18,3%), caiu para 17,4%, em 2013.

No Ceará, a pecuária ganhou participação no âmbito nacional, passando de 2,3%, em 2011, para 2,4%, em 2013. Situa-se como o 14^o estado brasileiro da atividade pecuária, enquanto que no Nordeste, destaca-se como o 4^o maior Estado produtor, com participação de 13,6%. O Ceará está crescendo na produção granjeira e na produção de leite, ganhando maior espaço no mercado nacional nos últimos anos. O estado da Bahia apresenta o maior valor adicionado na pecuária regional.

Na atividade de produção florestal, pesca e aquicultura o Ceará também ampliou sua participação nos últimos anos, passando de 2,6%, em 2011, para 3,1%, 2013. Esse aumento vem sendo influenciado pelo crescimento da produção no setor de aquicultura.

Tabela 6 – Participação do valor adicionado da agropecuária do Ceará por atividade econômica - 2010 e 2013 (%)

| Atividades econômicas | Participação no VAB do Ceará no VAB do Brasil, a preço básico (%) | | | |
|---|---|------|------|------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós colheita | 2,1 | 2,8 | 1,7 | 1,7 |
| Pecuária, inclusive apoio à pecuária | 2,3 | 2,5 | 2,5 | 2,4 |
| Produção florestal, pesca e aquicultura | 2,6 | 2,7 | 2,7 | 3,1 |

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

O setor agropecuário cearense dentro da economia do próprio Estado foi favorecido com a mudança de base do ano de 2002 para o ano de 2010, pois na base anterior a agropecuária, no ano de 2012, respondia por apenas 3,4%, enquanto na nova base, para

o mesmo ano, a participação foi de 4,7%. Em 2013, a participação do setor representou 5,16%.

Ao analisar o setor por atividade, na série da nova base, observou-se que agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita registrou perda de participação na comparação dos anos de 2010 e 2013 em função da queda no valor adicionado bruto de 11,0% no acumulado do período. Nota-se que essa é a atividade mais importante na Agropecuária cearense (55,8%).

A atividade pecuária, inclusive apoio à pecuária representa 30,2% da agropecuária cearense. Essa atividade vem ganhando importância ao longo dos anos, com crescimento do valor adicionado de 3,3% no acumulado de 2010 a 2013, influenciado pelo crescimento da produção granjeira e da produção de leite.

A atividade Produção florestal, pesca e aquicultura, que representa 14% da agropecuária cearense, também ganhou participação ao longo do período de 2010 a 2013. Isso ocorreu por causa do crescimento de 10,1% do valor adicionado bruto dessa atividade no acumulado desse período.

Tabela 7 – Participação no valor adicionado bruto a preço básico por Atividade Econômica - Ceará - 2010 e 2013 (%)

| Atividades econômicas | Participação no VAB a preço básico (%) | | | | Variação na Participação (2010-2013) |
|---|--|-------------|-------------|-------------|--------------------------------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | |
| Agropecuária | 5,05 | 6,51 | 4,70 | 5,16 | 0,10 |
| Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós colheita | 2,98 | 4,39 | 2,57 | 2,88 | -0,10 |
| Pecuária, inclusive apoio à pecuária | 1,51 | 1,53 | 1,49 | 1,56 | 0,05 |
| Produção florestal, pesca e aquicultura | 0,56 | 0,59 | 0,63 | 0,72 | 0,16 |

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

Ao comparar o desempenho do setor agropecuário do Ceará com alguns estados nordestinos, pode-se observar que no ano de 2011 o Ceará registrou os maiores crescimentos para as atividades da agricultura e da pecuária. Nesse ano o Ceará bateu recorde na produção de grãos. Já em 2012, o Ceará apresentou forte queda na agricultura (-46,92%), sendo a maior queda dentre os Estados comparados, seguido de Pernambuco e Rio Grande do Norte. A pecuária cearense também registrou queda (-8,67%) no ano de 2012, porém, de menor impacto, enquanto Pernambuco e Rio Grande do Norte tiveram variações negativas mais expressivas nessa atividade. No acumulado do período de 2011 a 2013 o Ceará registrou variação negativa de 11% na atividade Agrícola, a menor queda dentre os estados de Pernambuco, (-27,47%), Bahia (-22,59%) e Rio Grande do Norte (-13,47%). Na atividade pecuária, o Ceará também registrou o melhor desempenho dentre os Estados em comparação, com crescimento acumulado de 3,29% (Tabela 8).

A atividade Produção florestal, pesca e aquicultura, vem crescendo no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, ao contrário do que se observa na Bahia, onde registrou queda nos três anos em análise. Essa atividade é de pequena expressividade na composição do setor agropecuário nos Estados citados na Tabela 7.

Tabela 8 – Crescimento das atividades do setor agropecuário – Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte – 2011-2012-2013.

| | 2011 | 2012 | 2013 | Acumulado |
|--------------------------------------|--------|--------|-------|-----------|
| Ceará | | | | |
| Agricultura | 75,29 | -46,92 | -4,36 | -11,00 |
| Pecuária | 12,91 | -8,67 | 0,16 | 3,29 |
| Prod. Florestal, pesca e aquicultura | 7,07 | 2,38 | 0,46 | 10,12 |
| Bahia | | | | |
| Agricultura | 0,72 | -16,73 | -7,71 | -22,59 |
| Pecuária | -1,63 | -5,97 | 5,77 | -2,16 |
| Prod. Florestal, pesca e aquicultura | -13,78 | -17,38 | -3,95 | -31,58 |
| Pernambuco | | | | |
| Agricultura | 5,33 | -31,59 | 0,67 | -27,47 |
| Pecuária | 6,37 | -13,80 | 2,76 | -5,78 |
| Prod. Florestal, pesca e aquicultura | 32,47 | 2,62 | 11,25 | 51,23 |
| Rio Grande do Norte | | | | |
| Agricultura | 30,03 | -34,90 | 2,22 | -13,47 |
| Pecuária | 7,51 | -17,54 | 6,20 | -5,85 |
| Prod. Florestal, pesca e aquicultura | -5,24 | 4,53 | 12,01 | 10,95 |

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

4.2.2. Indústria

A presente seção apresenta os novos resultados para Indústria Geral e para as atividades que a compõem: Extrativa Mineral, Transformação, Eletricidade, Gás e Água e Construção Civil³. Os números retratam, especialmente, o peso que estas atividades possuem na formação do valor adicionado e o crescimento que registraram nos últimos anos.

Considerando o valor adicionado (VAB), o montante agregado à economia cearense pelo setor industrial passou de R\$ 15,2 bilhões em 2010 para R\$ 19,4 bilhões em 2013, uma expansão absoluta de R\$ 4,2 bilhões em três anos. Tal evolução é explicada pela Construção civil e pelo segmento da Transformação, cujos valores adicionados cresceram, em termos absolutos, R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,0 bilhões no período. No mesmo intervalo de tempo, o valor adicionado total da economia, incluindo todas as atividades econômicas, ampliou-se em R\$ 25,5 bilhões, alcançando R\$ 94,6 bilhões em 2013 contra R\$ 69,2 bilhões no início da série. A Tabela 9 a seguir apresenta os números em valores correntes.

³ O segmento Eletricidade, Gás e Água é, na verdade, denominado Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, e corresponde ao antigo Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).

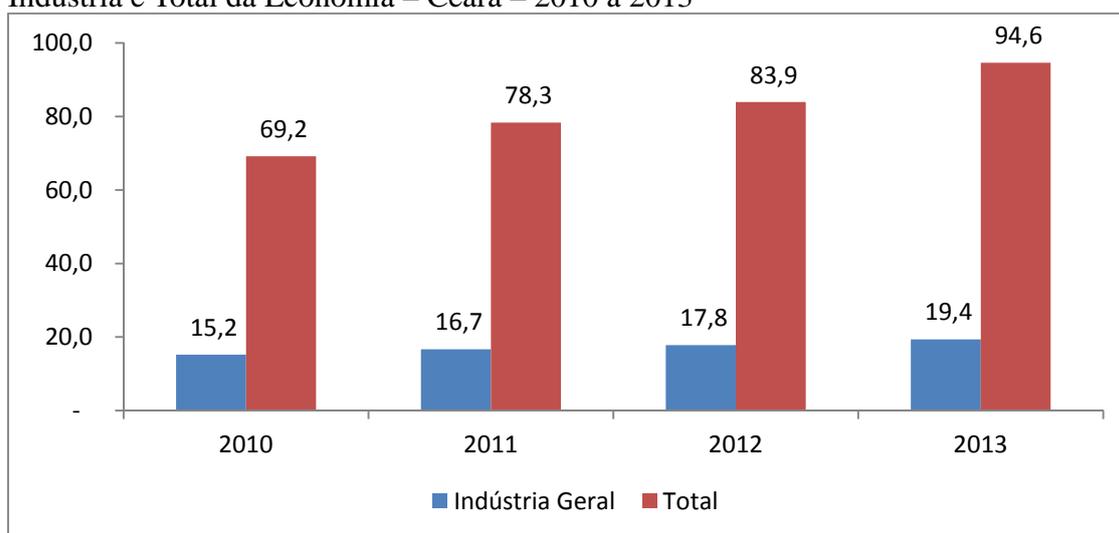
Tabela 9 – Valor Adicionado Bruto a preços de mercado (R\$ milhões correntes) – Indústria, Segmentos Industriais e Total da Economia – Ceará – 2010 a 2013

| Anos | Extrativa | Transformação | Eletricidade | Construção | Indústria Geral | Total |
|------|-----------|---------------|--------------|------------|-----------------|--------|
| 2010 | 353 | 7.785 | 2.313 | 4.727 | 15.178 | 69.174 |
| 2011 | 419 | 8.123 | 2.466 | 5.660 | 16.668 | 78.311 |
| 2012 | 485 | 8.272 | 2.437 | 6.616 | 17.811 | 83.917 |
| 2013 | 612 | 9.830 | 1.992 | 6.927 | 19.362 | 94.636 |

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria.

O Gráfico 8, a seguir, compara a evolução do valor adicionado industrial e da economia como um todo nos anos de 2010 e 2013. Com ele é possível ilustrar a participação da indústria em toda economia e os diferentes ritmos de expansão.

Gráfico 8 – Valor Adicionado Bruto a preços de mercado (R\$ milhões correntes) – Indústria e Total da Economia – Ceará – 2010 a 2013



Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria.

O gráfico acima sugere uma participação modesta da atividade industrial na formação do valor adicionado da economia cearense. De fato, nos últimos anos a participação da indústria tem se situado em torno dos 20,0%, em um comportamento favorecido pela expressividade do setor de serviços, que caracteriza a economia do Estado e responde por três quartos do seu valor adicionado total.

Entre os anos de 2010 e 2013, a participação da indústria na economia local passou de 21,9% para 20,5%, uma redução de 1,5 pontos percentuais (p.p.) em apenas três anos. Em nível de Brasil, a manufatura é relativamente mais importante, com participação de 24,9% em 2013, mas com uma perda mais intensa no mesmo período, (2,4 p.p.). As participações podem ser visualizadas na Tabela 10.

Ainda na tabela 10 é possível observar a participação dos segmentos que compõem a indústria geral. A transformação se manteve como principal atividade industrial no Estado, respondendo por 50,8% do valor adicionado de todo o setor em 2013, apesar da

redução de 0,5 p.p. em relação ao ano de 2010. A Construção civil permaneceu como segunda principal atividade e se destacou pela forte evolução no período, com ganhos de 4,6 p.p. de participação, em um comportamento associado ao expressivo crescimento acumulado entre 2010 e 2013. Em linha gerais, a estrutura cearense se assemelha à nacional, embora esta apresente percentuais de participação distintos e diferentes evoluções nos anos observados. Os números também podem ser vistos na Tabela 10, abaixo.

Tabela 10 – Participação no Valor Adicionado (%) – Indústria e Segmentos Industriais – Ceará, Brasil - 2010 a 2013

| Brasil e Ceará | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Varição 2010 - 2013 (em p. p.) |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|---|
| Indústria Geral¹ | | | | | |
| Brasil | 27,4 | 27,2 | 26,1 | 24,9 | -2,4 |
| Ceará | 21,9 | 21,3 | 21,2 | 20,5 | -1,5 |
| Indústria Extrativa² | | | | | |
| Brasil | 12,2 | 16,1 | 17,4 | 16,7 | 4,5 |
| Ceará | 2,3 | 2,5 | 2,7 | 3,2 | 0,8 |
| Indústria da Transformação² | | | | | |
| Brasil | 54,7 | 51,0 | 48,3 | 49,4 | -5,3 |
| Ceará | 51,3 | 48,7 | 46,4 | 50,8 | -0,5 |
| Construção Civil² | | | | | |
| Brasil | 22,9 | 23,1 | 24,9 | 25,8 | 2,9 |
| Ceará | 31,1 | 34,0 | 37,1 | 35,8 | 4,6 |
| Eletricidades e Gás, Água e Esgoto² | | | | | |
| Brasil | 10,3 | 9,8 | 9,4 | 8,2 | -2,1 |
| Ceará | 15,2 | 14,8 | 13,7 | 10,3 | -4,9 |

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria. (1) Participação no total da economia; (2) Participação na indústria geral; (p.p.) Pontos Percentuais.

A participação dos setores na geração de valor adicionado foi definida pelo crescimento apresentado por estes no período em questão. Neste particular, os anos de 2010 a 2013 marcaram uma nova fase para economia nacional e de suas unidades federadas, na qual o crescimento econômico passou a ocorrer em um ritmo inferior ao observado nos anos anteriores a 2008, ano em que se deu a crise econômica internacional associada ao mercado imobiliário americano.

O desempenho dos anos aqui observados está de certa forma relacionado aos desdobramentos da instabilidade na economia externa, mas não só a esta. Aspectos puramente domésticos, que impulsionaram a economia nos anos anteriores, ajudam a explicar os resultados menos favoráveis que passaram a ser registrados no período seguinte. Tais aspectos dizem respeito (i) ao arrefecimento dos estímulos ao consumo utilizados para rebater os efeitos internos da crise internacional, (ii) ao enfraquecimento do modelo de crescimento apoiado somente na expansão do mercado consumidor e (iii) aos efeitos de medidas de política econômica adotadas em âmbito federal.

O ambiente econômico resultante dos pontos colocados acima afetou diretamente e com maior intensidade a indústria de transformação cearense, principal segmento industrial do Estado. De fato, em 2011 e 2012, a atividade registrou taxas negativas de crescimento de -12,93% e -0,39%, respectivamente. O ano de 2011 deixou claro que os efeitos positivos advindos da expansão da demanda já não eram os mesmos. Já em 2013, após dois períodos seguidos de encolhimento, a manufatura no Ceará recuperou parte das perdas anteriores e cresceu 10,26% aproveitando o melhor momento das economias cearense e brasileira.

No resultado acumulado, entre 2010 e 2013, o segmento da transformação no Estado experimentou uma retração de 4,37%, o que ajuda a entender a perda de participação relativa na economia, vista anteriormente. As taxas de crescimento são apresentadas na Tabela 11, a seguir, que também permite a comparação com o Nordeste e o Brasil.

Tabela 11 – Taxas de Crescimento do Valor Adicionado (%) – Indústria e Segmentos Industriais – Ceará, Nordeste e Brasil - 2010 a 2013

| Brasil, Nordeste e Ceará | 2011 | 2012 | 2013 | Acumulado |
|---|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Indústria Extrativa | | | | |
| Brasil | 3,35 | -2,05 | -2,97 | -1,78 |
| Nordeste | 6,76 | 0,68 | -0,33 | 7,14 |
| Ceará | -12,05 | -5,81 | 23,56 | 2,35 |
| Indústria da Transformação | | | | |
| Brasil | 2,25 | -2,38 | 3,01 | 2,82 |
| Nordeste | 0,46 | 3,08 | -0,34 | 3,20 |
| Ceará | -12,93 | -0,39 | 10,26 | -4,37 |
| Construção Civil | | | | |
| Brasil | 8,25 | 3,18 | 4,50 | 16,72 |
| Nordeste | 10,23 | 3,26 | 2,97 | 17,21 |
| Ceará | 11,55 | 3,62 | 0,91 | 16,63 |
| Eletricidades e Gás, Água e Esgoto | | | | |
| Brasil | 5,61 | 0,68 | 1,60 | 8,03 |
| Nordeste | 5,59 | 4,84 | 8,82 | 20,46 |
| Ceará | 1,74 | 12,00 | 33,10 | 51,67 |

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria. Crescimento em volume (real) do valor adicionado.

Na direção oposta, a Construção civil apresentou em todos os anos taxas de crescimento positivas, embora decrescentes no período.

No ano de 2011, a alta de 11,55% retrata um ciclo de expansão da atividade cujo início remonta ao ano de 2008. A atividade, além de pouco afetada pela crise internacional, foi beneficiada por programas federais de incentivo a aquisição de moradias e pelos estímulos oferecidos para construção de imóveis residenciais. Soma-se a este ponto o próprio aquecimento do mercado imobiliário na capital cearense e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção e expansão de centros comerciais, motivada pela expansão do comércio varejista local. Adicionalmente, e em especial, a construção civil cearense foi positivamente afetada pelos investimentos conduzidos pelo

governo do Estado voltados a requalificar e ampliar a infraestrutura econômica e urbana no Ceará.

Os anos seguintes, 2012 e 2013, mostraram o encerramento deste período de forte expansão. A redução nos investimentos públicos e privados, e os ajustes na oferta e na demanda por crédito após um período de forte aumento, ajudam a entender o menor ritmo de crescimento da atividade. Apesar do arrefecimento, no acumulado para período a expansão chegou a 16,63%. Ver tabela 3.

A taxa crescimento acumulado da construção civil foi superada apenas pelo ritmo do segmento de Eletricidade, gás e água. Entre 2010 e 2013, o crescimento total foi de 51,67%, favorecido especialmente pela forte expansão em 2013. Tal desempenho pode estar associado à geração de energia dos parques eólicos e das termelétricas no território cearense⁴.

Já a indústria extrativa mineral, que possui menor participação na composição da indústria geral cearense, apresentou um comportamento bastante volátil ao longo do período. Entre os anos de 2010 e 2013, a extração mineral do Ceará mostrou um crescimento acumulado de apenas 2,35%, comportamento associado à redução na produção de petróleo observada em 2011 e 2012. A extração de petróleo é a principal atividade extrativa mineral no Estado.

Além de afetar a estrutura interna da economia cearense, as taxas de crescimento das atividades industriais também interferem na participação estadual nos cenários regional e brasileiro. A Tabela 12 traz as participações dos segmentos da indústria cearense na geração de valor adicionado no Nordeste e no Brasil.

Tabela 12 – Participação no Valor Adicionado (%) – Indústria e Segmentos Industriais – Ceará/Brasil e Ceará/Nordeste - 2010 a 2013

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Varição 2010 - 2013 (em p. p.) |
|---|------|------|------|------|--------------------------------------|
| Indústria Extrativa | | | | | |
| Ceará / Brasil | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,0 |
| Ceará / Nordeste | 3,6 | 3,4 | 3,2 | 4,1 | 0,5 |
| Indústria da Transformação | | | | | |
| Ceará / Brasil | 1,6 | 1,6 | 1,6 | 1,8 | 0,2 |
| Ceará / Nordeste | 17,5 | 19,0 | 19,1 | 19,9 | 2,3 |
| Construção Civil | | | | | |
| Ceará / Brasil | 2,3 | 2,4 | 2,5 | 2,4 | 0,1 |
| Ceará / Nordeste | 13,2 | 13,5 | 13,9 | 13,2 | 0,0 |
| Eletricidades e Gás, Água e Esgoto | | | | | |
| Ceará / Brasil | 2,5 | 2,5 | 2,4 | 2,1 | -0,3 |
| Ceará / Nordeste | 15,5 | 15,4 | 13,8 | 16,7 | 1,2 |

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria. (p.p.) Pontos Percentuais.

⁴ Apesar do forte crescimento em volume (real), a atividade perdeu participação na economia estadual. Tal fato é explicado pela redução dos preços, estimulada pelo governo federal nos anos de 2012 e 2013, que acabou reduzindo o valor adicionado à economia. Entre 2010 e 2013, a redução nos preços foi de -7,52%.

Considerando o principal segmento, a indústria de transformação, apesar do menor crescimento entre os anos de 2010 e 2013, o Ceará elevou sua participação no segmento de transformação regional em 2,3 pontos percentuais. Quando se considera o valor adicionado, o Estado parece ter obtido um desempenho superior a média regional⁵.

Em resumo, as mudanças metodológicas realizadas pelo IBGE permitiram uma melhor avaliação da atividade industrial e seu desempenho a partir de 2010. Com os novos números foi possível observar mais nitidamente os efeitos dos desdobramentos da crise internacional e das decisões importantes de política econômica sobre os resultados da economia e da indústria em particular.

4.2.3. Serviços

A análise da Tabela 13 a seguir, apresenta a evolução da taxa de participação anual no valor adicionado bruto a preços básicos (VAB) pelas atividades econômicas pertencentes ao setor de serviços no VAB cearense para os anos de 2010 a 2013. Vale ressaltar que as taxas de participação das onze atividades pesquisadas no setor de serviços estão ordenadas pelo ano de 2013.

Como dito anteriormente o setor de serviços registrou nítido ganho de participação na economia cearense passando de 73,0% em 2010, para 74,38% em 2013. Isso representou um aumento de participação de 1,38 pontos percentuais na comparação dos dois anos.

A participação da atividade de *Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social* no VAB cearense foi de 22,94% e no VAB dos serviços foi de 30,84%. Com isso, esta atividade vem se mantendo como a principal atividade econômica do estado do Ceará ao longo dos anos analisados apesar da sua significativa perda de participação entre os anos de 2010 e 2013, quando chegou a representar isoladamente quase 24% do VAB estadual em 2010.

Na sequência aparecem as atividades de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* com participação de 15,71%, *Atividades Imobiliárias* (9,58%) e *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares* (7,20%). A participação conjunta das quatro principais atividades do setor de serviços representa 55,44% do VAB estadual e 74,53% do VAB dos serviços.

⁵ O resultado deve estar associado a uma variação de preços relativamente maior em termos estaduais, capaz de se sobrepor à redução em termos de volume quando comparada ao Nordeste e ao Brasil. De fato, entre 2010 e 2013, a variação acumulada nos preços da indústria de transformação foi de 32,04%.

Tabela 13 – Taxa de participação anual no valor adicionado bruto a preços básicos por atividade econômica do setor de serviços - Ceará (%)

| Atividades econômicas | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2010-2013 |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------|
| Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social | 23,75 | 22,93 | 22,69 | 22,94 | -0,81 |
| Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 16,28 | 15,84 | 16,22 | 15,71 | -0,57 |
| Atividades Imobiliárias | 8,23 | 8,47 | 8,89 | 9,58 | 1,36 |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 6,76 | 7,26 | 7,16 | 7,20 | 0,44 |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 3,74 | 3,57 | 3,87 | 3,56 | -0,18 |
| Transporte, Armazenagem e Correios | 3,27 | 3,20 | 3,40 | 3,49 | 0,22 |
| Alojamento e alimentação | 2,86 | 2,96 | 3,08 | 3,38 | 0,51 |
| Educação e Saúde Mercantil | 2,53 | 2,65 | 3,00 | 2,95 | 0,42 |
| Informação e comunicação | 2,32 | 2,20 | 2,51 | 2,31 | -0,00 |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços | 1,87 | 1,79 | 1,99 | 1,97 | 0,10 |
| Serviços domésticos | 1,38 | 1,34 | 1,26 | 1,29 | -0,09 |
| Serviços | 73,00 | 72,21 | 74,08 | 74,38 | 1,38 |

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Vale notar que, em 2013, os *Serviços domésticos* registraram a menor participação no VAB do grupo dos serviços (1,29%), tendência de queda como resultado do que vinha se registrando desde 2010.

Vale ainda notar que das onze atividades que formam o setor de serviços, seis delas apresentaram ganho de participação na comparação dos anos de 2010 e 2013. O maior aumento ocorreu nas *Atividades Imobiliárias* cuja variação foi de +1,36 p.p., sendo seguida pelas atividades de *Alojamento e Alimentação* (+0,51 p.p.), *Profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares* (+0,44 p.p.); e pela *Educação e Saúde Mercantil* (0,42 p.p.). (Tabela 13).

Isso ocorreu concomitantemente à perda de participação das duas principais atividades econômicas do estado do Ceará, que são *Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social* que registrou perda de participação de 0,81 p.p. e o *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* com perda de participação de 0,57 p.p. A principal causa para essa perda de participação deveu-se ao crescimento acumulado tímido da primeira atividade no acumulado do período e por um crescimento pouco significativo da segunda atividade no último ano da série.

Na Tabela 14 a seguir, são apresentadas as taxas de crescimento anuais do valor adicionado bruto a preços básicos por atividades econômicas pertencentes ao setor de serviço cearense também ordenadas para o ano de 2013. Nota-se que neste ano, das onze atividades consideradas apenas duas apresentaram queda no valor adicionado bruto comparado ao ano anterior, *Educação e Saúde Mercantil* (-7,53%) e *Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços* (-1,56%). Por outro lado, *Informação e comunicação* (+16,56%); *Transporte, Armazenagem e Correios* (+14,80%); e *Atividades Imobiliárias* (+5,16%) registraram altas significativas, acima da taxa de crescimento do VAB estadual total que foi de 4,41%.

Tabela 14 - Taxa de crescimento anual do valor adicionado bruto a preços básicos por atividade econômica do setor de serviços - Ceará - 2011 a 2013 (%)

| Atividades econômicas | 2011 | 2012 | 2013 | 2010-2013 |
|--|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Informação e comunicação | 9,22 | 15,14 | 16,56 | 46,58 |
| Transporte, Armazenagem e Correios | 0,96 | 4,15 | 14,80 | 20,71 |
| Atividades Imobiliárias | 2,17 | 5,52 | 5,16 | 13,37 |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 3,54 | 7,12 | 5,01 | 16,48 |
| Serviços domésticos | -9,33 | -3,52 | 4,68 | -8,43 |
| Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social | 1,63 | -1,09 | 3,14 | 3,68 |
| Alojamento e alimentação | 8,54 | 9,12 | 0,89 | 19,49 |
| Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 3,50 | 4,19 | 0,35 | 8,21 |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 8,16 | 6,93 | 0,12 | 15,79 |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços | 1,26 | 7,37 | -1,56 | 7,03 |
| Educação e Saúde Mercantil | 5,93 | 2,30 | -7,53 | 0,21 |
| Ceará | 4,02 | 0,92 | 4,41 | 9,61 |

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao se analisar a dinâmica de crescimento acumulado entre os anos de 2010 a 2013, nota-se que a única atividade que registrou queda nesse período foram os *Serviços domésticos* cuja variação foi 8,43%, o que explica sua leve perda de participação no VAB cearense entre os dois anos.

Já as atividades de *Informação e comunicação* e de *Transporte, Armazenagem e Correios* foram as que registraram as maiores altas acumuladas de 46,58% e 20,71%, respectivamente. Isso explica boa parte do aumento de participação da segunda atividade no VAB estadual. No caso da atividade de Informação e comunicação, seu elevado crescimento ainda não foi o suficiente para melhorar sua participação no VAB cearense.

Depois de analisado a evolução da participação de cada atividade econômica do setor de serviços no valor adicionado bruto do Estado e sua dinâmica de crescimento ao longo dos anos de 2010 a 2013, quando se pôde observar quais atividades dos serviços são mais significativas para o Estado e quais registraram melhores desempenhos no período, é possível também saber quais atividades econômicas cearenses apresentaram maior peso na mesma atividade no âmbito nacional.

Dentre elas destaca-se a atividade de *Alojamento e alimentação* que no ano de 2013 ocupou a sétima colocação no grupo dos serviços cearenses, mas a primeira colocação quando se considera a participação do VAB da atividade no VAB da mesma atividade no cômputo nacional comparada as outras atividades do setor de serviços na economia cearense com participação de 2,96%. Isso reflete a vocação diferencial possuída pelo estado do Ceará na atividade do turismo. Vale ressaltar que esta mesma atividade passou a ocupar a nona posição no ranking estadual em 2013, quando até 2012, ficava na décima colocação. (Tabela 15).

Vale notar que outras cinco atividades apresentaram maior participação que o total do VAB estadual no total do VAB nacional: *Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social* (2,91%); *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (2,42%); *Serviços domésticos* (2,28%); *Artes, cultura,*

esporte e recreação e outros serviços (2,27%); e *Atividades Imobiliárias* (2,15%). Isso revela de algum modo certa vantagem comparativa dessas atividades econômicas relativamente ao Estado como um todo comparado aos demais estados do país.

Tabela 15 – Taxa de participação anual no valor adicionado bruto a preços básicos por atividade econômica do setor de serviços - CE/BR - 2010 e 2013 (%)

| Atividades econômicas | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2010-2013 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Alojamento e alimentação | 2,82 | 2,81 | 2,75 | 2,96 | 0,13 |
| Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social | 3,05 | 3,00 | 2,92 | 2,91 | -0,15 |
| Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 2,71 | 2,59 | 2,48 | 2,42 | -0,28 |
| Serviços domésticos | 2,36 | 2,36 | 2,23 | 2,28 | -0,09 |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços | 2,08 | 2,10 | 2,23 | 2,27 | 0,19 |
| Atividades Imobiliárias | 2,07 | 2,11 | 2,06 | 2,15 | 0,08 |
| Educação e Saúde Mercantil | 1,77 | 1,85 | 1,89 | 1,88 | 0,11 |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 1,90 | 2,00 | 1,87 | 1,87 | -0,03 |
| Transporte, Armazenagem e Correios | 1,60 | 1,51 | 1,56 | 1,62 | 0,02 |
| Informação e comunicação | 1,27 | 1,26 | 1,42 | 1,39 | 0,12 |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 1,15 | 1,20 | 1,28 | 1,26 | 0,11 |
| Ceará | 2,09 | 2,11 | 2,05 | 2,09 | -0,01 |

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Destaca-se que sete atividades das onze que compõem o setor de serviços apresentaram ganho de participação no VAB nacional entre os anos de 2010 e 2013, ordenadas pelos maiores ganhos: *Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços* (0,19 p.p.); *Alojamento e alimentação* (0,13 p.p.); *Informação e comunicação* (0,12 p.p.); *Educação e Saúde Mercantil* (0,11 p.p.); *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (0,11 p.p.); *Atividades Imobiliárias* (0,08 p.p.); e *Transporte, Armazenagem e Correios* (0,02 p.p.) contrariando a dinâmica do valor adicionado bruto estadual que apresentou estabilidade na comparação da participação dos dois anos. Vale ressaltar ainda o pequeno peso que as atividades de *Informação e comunicação* (1,39%) e *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (1,26%) cearenses têm no VAB nacional.

Recorde-se que a participação do VAB cearense no VAB nacional manteve-se relativamente estável no período de 2010 a 2013, mantendo a 13ª posição dentre os estados do país e a 3ª posição na região Nordeste. A atividade de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* manteve a 10ª colocação nacional e 3ª regional ao longo dos anos de 2010 a 2013, tendo sido superado apenas pelos estados da Bahia (7ª posição) e Pernambuco (9ª posição) ao longo do período.

Por fim, listam-se as atividades que formam o setor de Serviços com suas respectivas posições no ranking nacional e regional no ano de 2013: *Informação e comunicação* (10ª e 3ª); *Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social* (10ª e 3ª); *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (11ª e 3ª); *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares*

(11^a e 3^a); *Saúde e Educação Mercantil* (11^a e 3^a); *Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços* (11^a e 3^a); *Serviços domésticos* (11^a e 3^a); *Atividades Imobiliárias* (12^a e 3^a); *Transporte, armazenagem e correio* (13^a e 3^a).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises realizadas acima, é possível constatar que ocorreram significativas mudanças na estrutura das economias nacional e cearense entre os anos de 2010 e 2013. Tanto na economia brasileira quanto na economia cearense foi possível perceber um aumento da produção destinada ao consumo intermediário, cuja participação no VBP passou a superar os 50% no caso nacional. Na economia cearense, a relação CI/VBP ainda é levemente acima de 40%.

O PIB brasileiro superou os R\$ 5,3 trilhões, enquanto que o PIB cearense alcançou a marca de R\$ 108,7 bilhões. Outro fato que chamou atenção é que enquanto a participação dos impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos na composição do PIB vem caindo no Brasil, o mesmo não vem ocorrendo na economia cearense. Vale ainda ressaltar que ao longo do período a participação do VAB e do PIB cearense na economia nacional se mantiveram estáveis, em torno, de 2,1% e 2,0%, respectivamente. Além disso, a economia cearense manteve a 13^a posição no ranking nacional e 3^a posição no ranking regional ao longo do período, sendo que no caso dessa última apresentou leve perda de participação comparado ao ano de 2010.

Diante das mudanças na metodologia de cálculo do PIB que passaram a tomar como referência a base de 2010, é possível ainda perceber que a economia cearense passou a concentrar ainda mais sua dinâmica econômica no setor de Serviços 74,4% com ganho de participação de 1,4 p.p. entre os dois anos, mais que o Brasil. Por outro lado, a indústria registrou maior perda de participação no cenário nacional que dentro do estado do Ceará.

Nota-se que oito das dezoito atividades pesquisadas registraram perda de participação na comparação dos anos de 2010 e 2013, com as maiores perdas sendo observadas nas atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; e Indústrias de transformação no grupo da Indústria e nas atividades de Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas no grupo dos Serviços, revelando no último caso que ocorreu uma menor dependência do PIB cearense do setor público e uma melhor redistribuição da composição do PIB estadual por atividade. Apesar disso, quase 40% do valor adicionado bruto do estado do Ceará ainda concentra-se nestas duas últimas atividades econômicas.

No tocante ao crescimento no acumulado de 2010 a 2013, as atividades que mais se destacaram no valor adicionado bruto cearense foram Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; Informação e comunicação; e Transporte, Armazenagem e Correios.

Ademais, destacam-se como as atividades econômicas cearenses mais representativas dentro do cenário nacional, Produção florestal, pesca e aquicultura; Alojamento e alimentação; Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social, todas com participação acima de 2,9 pontos percentuais.

6. BIBLIOGRAFIA

IPECE CONJUNTURA. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, v. 1, n. 04. 2012.

IPECE CONJUNTURA. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, v. 2, n. 04. 2013.

MENEZES, A. S. B., PAIVA, W. L. Evolução das Atividades Econômicas In: BARRETO, F. A. F. D., MENEZES, A. S. B. Desenvolvimento Econômico do Ceará: evidências recentes e reflexões. Fortaleza, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p. 58-114, 2014.

PAIVA, W. L. Indústria In: CAVALCANTE, A. L., MAGALHÃES, K. A. Indicadores Econômicos do Ceará 2012. Fortaleza, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p.41-52, 2014.

CONTAS REGIONAIS DO BRASIL 2010-2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Diretoria de Pesquisas – DPE - Coordenação de contas nacionais – CONAC. Número 47. Rio de Janeiro, 2015a.

NOTA METODOLÓGICA DAS CONTAS REGIONAIS REFERÊNCIA 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Diretoria de Pesquisas – DPE - Coordenação de contas nacionais – CONAC. Rio de Janeiro, 2015b.

SYSTEM OF NATIONAL ACCOUNTS 2008. European Commission. International Monetary Fund. Organisation for Economic Co-operation and Development. United Nations. World Bank. New York, 2009. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>

ANEXO

Tabela A1 – Participação no valor adicionado bruto a preço básico por Atividade Econômica - Brasil - 2010 e 2013 (%)

| Atividades econômicas | Participação no VAB a preço básico (%) | | | | Variação na Participação (2010-2013) |
|--|--|--------------|--------------|--------------|--------------------------------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | |
| Agropecuária | 4,84 | 5,11 | 4,91 | 5,29 | 0,45 |
| Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós colheita | 3,03 | 3,35 | 3,18 | 3,46 | 0,43 |
| Pecuária, inclusive apoio à pecuária | 1,36 | 1,30 | 1,25 | 1,35 | -0,00 |
| Produção florestal, pesca e aquicultura | 0,45 | 0,46 | 0,48 | 0,48 | 0,03 |
| Indústria | 27,38 | 27,19 | 26,06 | 24,94 | -2,44 |
| Indústrias extrativas | 3,33 | 4,37 | 4,54 | 4,16 | 0,83 |
| Indústrias de transformação | 14,97 | 13,87 | 12,58 | 12,31 | -2,66 |
| Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação | 2,81 | 2,67 | 2,45 | 2,05 | -0,77 |
| Construção | 6,27 | 6,28 | 6,49 | 6,42 | 0,16 |
| Serviços | 67,78 | 67,70 | 69,02 | 69,77 | 1,99 |
| Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 12,60 | 12,86 | 13,42 | 13,53 | 0,93 |
| Transporte, Armazenagem e Correios | 4,29 | 4,45 | 4,48 | 4,48 | 0,19 |
| Alojamento e alimentação | 2,13 | 2,22 | 2,31 | 2,38 | 0,26 |
| Informação e comunicação | 3,83 | 3,69 | 3,63 | 3,47 | -0,36 |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 6,80 | 6,30 | 6,22 | 5,88 | -0,92 |
| Atividades Imobiliárias | 8,31 | 8,45 | 8,87 | 9,29 | 0,99 |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 7,44 | 7,63 | 7,88 | 8,02 | 0,59 |
| Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social | 16,28 | 16,09 | 15,96 | 16,44 | 0,16 |
| Educação e Saúde Mercantil | 3,00 | 3,03 | 3,26 | 3,28 | 0,28 |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços | 1,88 | 1,79 | 1,84 | 1,81 | -0,08 |
| Serviços domésticos | 1,22 | 1,20 | 1,16 | 1,18 | -0,04 |
| Brasil | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 0,00 |

Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

Tabela A2 – Participação no valor adicionado bruto a preço básico por Atividade Econômica - Ceará - 2010 e 2013 (%)

| Atividades econômicas | Participação no VAB a preço básico (%) | | | | Variação na Participação (2010-2013) |
|--|--|--------------|--------------|--------------|--------------------------------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | |
| Agropecuária | 5,05 | 6,51 | 4,70 | 5,16 | 0,10 |
| Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós colheita | 2,98 | 4,39 | 2,57 | 2,88 | -0,10 |
| Pecuária, inclusive apoio à pecuária | 1,51 | 1,53 | 1,49 | 1,56 | 0,05 |
| Produção florestal, pesca e aquicultura | 0,56 | 0,59 | 0,63 | 0,72 | 0,16 |
| Indústria | 21,94 | 21,28 | 21,22 | 20,46 | -1,48 |
| Indústrias extrativas | 0,51 | 0,53 | 0,58 | 0,65 | 0,14 |
| Indústrias de transformação | 11,25 | 10,37 | 9,86 | 10,39 | -0,87 |
| Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação | 3,34 | 3,15 | 2,90 | 2,11 | -1,24 |
| Construção | 6,83 | 7,23 | 7,88 | 7,32 | 0,49 |
| Serviços | 73,00 | 72,21 | 74,08 | 74,38 | 1,38 |
| Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 16,28 | 15,84 | 16,22 | 15,71 | -0,57 |
| Transporte, Armazenagem e Correios | 3,27 | 3,20 | 3,40 | 3,49 | 0,22 |
| Alojamento e alimentação | 2,86 | 2,96 | 3,08 | 3,38 | 0,51 |
| Informação e comunicação | 2,32 | 2,20 | 2,51 | 2,31 | -0,00 |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 3,74 | 3,57 | 3,87 | 3,56 | -0,18 |
| Atividades Imobiliárias | 8,23 | 8,47 | 8,89 | 9,58 | 1,36 |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 6,76 | 7,26 | 7,16 | 7,20 | 0,44 |
| Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social | 23,75 | 22,93 | 22,69 | 22,94 | -0,81 |
| Educação e Saúde Mercantil | 2,53 | 2,65 | 3,00 | 2,95 | 0,42 |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços | 1,87 | 1,79 | 1,99 | 1,97 | 0,10 |
| Serviços domésticos | 1,38 | 1,34 | 1,26 | 1,29 | -0,09 |

Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

Tabela A3 – Série encadeada do volume do valor adicionado bruto a preço básico por Atividade Econômica - Ceará - 2010 e 2013 (2010 = 100)

| Atividades econômicas | Série encadeada do volume do VAB a preço básico (2010 = 100) | | | | Variação Acumulada (2010-2013) |
|--|---|--------------|--------------|--------------|--------------------------------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | |
| Agropecuária | | | | | |
| Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós colheita | 100,0 | 175,3 | 93,0 | 89,0 | -11,02 |
| Pecuária, inclusive apoio à pecuária | 100,0 | 112,9 | 103,1 | 103,3 | 3,29 |
| Produção florestal, pesca e aquicultura | 100,0 | 107,1 | 109,6 | 110,1 | 10,12 |
| Indústria | | | | | |
| Indústrias extrativas | 100,0 | 87,9 | 82,8 | 102,3 | 2,35 |
| Indústrias de transformação | 100,0 | 87,1 | 86,7 | 95,6 | -4,37 |
| Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação | 100,0 | 101,7 | 114,0 | 151,7 | 51,67 |
| Construção | 100,0 | 111,5 | 115,6 | 116,6 | 16,63 |
| Serviços | | | | | |
| Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 100,0 | 103,5 | 107,8 | 108,2 | 8,21 |
| Transporte, Armazenagem e Correios | 100,0 | 101,0 | 105,1 | 120,7 | 20,71 |
| Alojamento e alimentação | 100,0 | 108,5 | 118,4 | 119,5 | 19,49 |
| Informação e comunicação | 100,0 | 109,2 | 125,8 | 146,6 | 46,58 |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 100,0 | 108,2 | 115,7 | 115,8 | 15,79 |
| Atividades Imobiliárias | 100,0 | 102,2 | 107,8 | 113,4 | 13,37 |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 100,0 | 103,5 | 110,9 | 116,5 | 16,48 |
| Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social | 100,0 | 101,6 | 100,5 | 103,7 | 3,68 |
| Educação e Saúde Mercantil | 100,0 | 105,9 | 108,4 | 100,2 | 0,21 |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços | 100,0 | 101,3 | 108,7 | 107,0 | 7,03 |
| Serviços domésticos | 100,0 | 90,7 | 87,5 | 91,6 | -8,43 |
| Ceará | 100,0 | 104,0 | 105,0 | 109,6 | 9,61 |

Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.

Tabela A4 – Participação no valor adicionado bruto a preço básico por Atividade Econômica – CE/BR - 2010 e 2013 (%)

| Atividades econômicas | Participação no VAB a preço básico (%) | | | | Variação na Participação (2010-2013) |
|--|--|-------------|-------------|-------------|--------------------------------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | |
| Agropecuária | | | | | |
| Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós colheita | 2,06 | 2,76 | 1,66 | 1,74 | -0,32 |
| Pecuária, inclusive apoio à pecuária | 2,33 | 2,47 | 2,46 | 2,40 | 0,07 |
| Produção florestal, pesca e aquicultura | 2,60 | 2,68 | 2,67 | 3,13 | 0,52 |
| Indústria | | | | | |
| Indústrias extrativas | 0,32 | 0,26 | 0,26 | 0,32 | 0,00 |
| Indústrias de transformação | 1,57 | 1,58 | 1,61 | 1,76 | 0,18 |
| Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação | 2,49 | 2,49 | 2,43 | 2,15 | -0,34 |
| Construção | 2,28 | 2,42 | 2,49 | 2,38 | 0,09 |
| Serviços | | | | | |
| Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 2,71 | 2,59 | 2,48 | 2,42 | -0,28 |
| Transporte, Armazenagem e Correios | 1,60 | 1,51 | 1,56 | 1,62 | 0,02 |
| Alojamento e alimentação | 2,82 | 2,81 | 2,75 | 2,96 | 0,13 |
| Informação e comunicação | 1,27 | 1,26 | 1,42 | 1,39 | 0,12 |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 1,15 | 1,20 | 1,28 | 1,26 | 0,11 |
| Atividades Imobiliárias | 2,07 | 2,11 | 2,06 | 2,15 | 0,08 |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares | 1,90 | 2,00 | 1,87 | 1,87 | -0,03 |
| Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social | 3,05 | 3,00 | 2,92 | 2,91 | -0,15 |
| Educação e Saúde Mercantil | 1,77 | 1,85 | 1,89 | 1,88 | 0,11 |
| Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços | 2,08 | 2,10 | 2,23 | 2,27 | 0,19 |
| Serviços domésticos | 2,36 | 2,36 | 2,23 | 2,28 | -0,09 |
| Ceará | 2,09 | 2,11 | 2,05 | 2,09 | -0,01 |

Fonte: SCR/IBGE. Elaboração: IPECE.